



Calidoscópico

E-ISSN: 2177-6202

calidoscopio@unisinis.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Antunes, Irandé

A coesão como propriedade textual: bases para o ensino do texto

Calidoscópico, vol. 7, núm. 1, enero-abril, 2009, pp. 62-71

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=571561886007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Irandé Antunes

moraisantunes@uol.com.br

A coesão como propriedade textual: bases para o ensino do texto

Cohesion as a textual property: Foundations for the teaching of texts

RESUMO – A proposta fundamental da Linguística de Texto consiste em ampliar o seu objeto de investigação com a finalidade de apreender a linguagem em sua totalidade, isto é, em sua dimensão de sistema em potencial e de sistema em uso. Acontece que, em funcionamento, o sistema somente ocorre sob a forma da textualidade, o que evidencia o caráter de relevância do texto e de suas propriedades. A coesão revela-se como uma dessas propriedades, destinada a prover e a assinalar a continuidade sequencial, que, em correlação com a outra, de natureza conceitual, assegura grande parte da coerência do texto. O ensino das línguas, numa perspectiva meramente sintática, centrou-se na análise da palavra e da frase e perdeu de foco a atividade da linguagem como um processo discursivo e interacional. Com base nos princípios da Linguística de Texto, espera-se que a escola saiba colocar no foco de sua atenção pedagógica o texto e suas propriedades, com atenção especial para a coesão e a coerência.

Palavras-chave: texto, coesão, continuidade, coerência, unidade tópica.

ABSTRACT – The fundamental aim of Text Linguistics is to broaden its object of investigation in order to apprehend language as a whole, i.e. in its dimension of a potential system as well as a system in use. In its functioning, in fact, the system occurs only as textuality, showing the relevance of texts and their properties. Cohesion is one of these properties, providing and signaling sequential continuity, which, in correlation with conceptual continuity, assures great part of text coherence. Language teaching, adopting a strict syntactic perspective, has focused on the analysis of words and sentences, without considering the activity of language as a discursive and interactional process. On the basis of Text Linguistics, we hope that schools turn their pedagogical attention to texts and their properties, paying close attention to cohesion and coherence.

Key words: text, cohesion, continuity, coherence, topic unity.

Introdução

Defendo, com os que fazem a Linguística de Texto, que a investigação linguística deve, progressivamente, alargar as dimensões de seu objeto, mais do que lhe tem sido possível com os estudos da língua enquanto sistema virtual, apenas. Não raro, dentro dos limites reducionistas destas abordagens, perde-se a caracterização da complexidade e da amplitude inerentes à prática do exercício linguístico. Pouco ou nenhum relevo tem sido emprestado, por vezes, à determinação das regularidades textuais e pragmáticas. A língua, por esse viés, parece inteiramente autônoma e desvinculada das condições políticas e sociais de sua história.

O crescente interesse pelas questões da textualidade justifica-se por esse empenho da Linguística de alcançar a totalidade de seu objeto e apreender a *dimensão global da língua*, que, por um lado, se define como sistema virtual e, por outro, se afirma como destinada à utilização em situações concretas da interação sociocomunicativa.

Nessa dimensão global, a textualidade supõe, por um lado, no domínio do sistema, um conjunto de regularidades provenientes dos diferentes estratos linguísticos. Supõe, por outro lado, no domínio da realização, outras regularidades, não menos relevantes, decorrentes das condições situacionais em que acontece a atividade verbal. Considera, também, a estreita interdependência entre esses dois domínios, de modo a fazer ganhar sentido a inclusão, no terreno da Linguística, de questões, por muito tempo, escusas e marginais.

A textualidade fundamenta-se, portanto, *no caráter sistemático e na dimensão funcional da língua*, cuja existência, já como entidade virtual, se justifica e se completa pela múltipla e diferenciada utilização que dela fazem os seus usuários.

Dada a relevância de todo o domínio conceitual relativo à textualidade, disponho-me a empreender, neste momento, uma outra ‘olhada’ sobre o tema da coesão, uma das propriedades que confere ao texto a continua-

de semântica necessária à sua coerência linguística. Por outras palavras, numa espécie de *revisitação do tema*, pretendo oferecer uma síntese dos princípios que deram fundamento teórico à propriedade textual da coesão, focalizando as funções que ela desempenha na construção articulada do texto que resulte coerente. Em seguimento a esses fundamentos teóricos, ganhou interesse a pesquisa em torno do texto e de suas propriedades. A volta a esse tema justifica-se, portanto, não só pela relevância do tema mas também pelo fato de a escola ainda parecer alheia à exploração didática das propriedades textuais, embora remontem à década de 1970 os princípios teóricos que fundamentam a discussão.

As considerações que se seguem assumem uma forma pessoal de abordagem por pretenderem representar, exatamente, a síntese a que fui chegando no estudo da questão, com base nos autores que indico.

A textualidade

O recurso à evidência empírica revela que a textualidade é a forma natural de realização das línguas, ou, por outras palavras, é o modo pelo qual os sistemas linguísticos assomam à condição de sua atualização. A língua tem, assim, na textualidade a “forma normativa” ou a “estrutura necessária” de realização, porquanto é sob a “conformidade textual” que os sistemas linguísticos ocorrem (cf. Schmidt, 1978, p. 164).

Ou seja, *na prática, qualquer interação verbal*, oral ou escrita, longa ou breve, independentemente, ainda, das funções que cumpre, *acontece em textos*. Fora dessa condição, o que subsiste são unidades linguísticas em potencialidade.

Esse modo textual de ocorrência das línguas é regulado por um conjunto de propriedades, linguísticas e extralinguísticas, que se interrelacionam e se interdependem, de modo que a aplicação de cada uma se sujeita aos parâmetros de aplicação das outras. A coesão é uma dessas propriedades textuais.

A propriedade textual da coesão

A coesão e a organização da superfície do texto

No exercício comum da linguagem, como nos demais domínios da experiência, o conceito de coesão, de uma forma geral, aplica-se aos dispositivos utilizados pelas pessoas para ligar e pôr em relação os diversos segmentos com que pretendem construir suas unidades de comunicação. Tais dispositivos ganham maior relevância quando a unidade em construção é o texto, pois é aí que as articulações assumem maior complexidade operacional e de função.

Frequentemente, tem-se feito referência às habilidades dos falantes para distinguirem entre uma sequência

aleatória de palavras e um texto. Parece inteiramente razoável admitir que, mesmo intuitivamente, tal discernimento tem em conta a forma como os elementos linguísticos se dispõem e se organizam na superfície do texto. Ou seja, distingue-se um texto de um não-texto, também, pela sequência que as palavras assumem.

É verdade que um texto não se faz unicamente com palavras. Ou seja, um texto requer mais que o aparato linguístico perceptível. O sentido global que veicula ultrapassa as unidades que assentam sobre sua superfície. Contudo, é verdade que um texto se faz também com palavras que se acomodam na linearidade sequencial do tempo ou do papel e que demandam padrões específicos de organização, de maneira a poderem recobrar estatuto de funcionalidade.

Noutros termos, se é verdade que as palavras presentes ao texto não perfazem o todo de sua realização, também é certo que, sem elas, não se fazem textos (evidentemente, falo de textos linguísticos). Entretanto, também é certo que, para constituírem textos, *as palavras devem sujeitar-se a determinados princípios de organização*.

Retomo, assim, a conceituação da coesão com o estabelecimento de um ponto:

- um texto dispõe de uma superfície linguística, no interior da qual as palavras comparecem e subordinam-se a determinadas regularidades de organização. Ou seja, toda sequência textual requer padrões de encadeamento dos vários segmentos que a constituem. Daí a consciência, mesmo intuitiva, de que uma série aleatória de palavras ou de sentenças não chega a constituir um texto. *A coesão constitui um conjunto de dispositivos que provêem esta organização da superfície linguística do texto*. Recobra importância pela função que assume na criação dos mecanismos instauradores da mencionada organização.

A coesão e a continuidade superficial do texto

Ocorre que toda organização da sequência textual orienta-se para prover e assinalar o caráter de continuidade que deve marcar as instâncias textuais.

Por outras palavras, se o texto dispõe de uma superfície que deve estar organizada e, para isso, concorrem, entre outros, os dispositivos coesivos, tal organização se destina a assegurar a *continuidade* necessária para que a sequência possa ser reconhecida como coerente e apropriada.

A continuidade a que se tem referido significa não a contiguidade imediata que pode existir entre os vários membros de um conjunto, um a seguir a outro, extremidade com extremidade, como numa série sem alternâncias. Visto apenas linearmente (o que, evidentemente, não se aplica a estas considerações), o texto é uma fileira de

palavras, uma sequência de frases ou de parágrafos. No entanto, a organização a que tais segmentos se submetem, e que está aqui em causa, não corresponde a esta disposição em linha, por mais que, para isto, aponte o aspecto da superfície sonora ou visivelmente perceptível do texto. A organização em apreço é de outra ordem, porque se destina a promover um outro tipo de sequência, ou, a sinalizar um outro tipo de linha a ser, apesar dos torneios, recuperada em sua continuidade.

Nesta altura, um segundo ponto, agora mais geral, pôde ser formulado nos seguintes termos:

- as regularidades de organização a que as palavras se submetem na superfície do texto *destinam-se*, entre outros fins, *a prover e a assinalar a continuidade do texto*. Dessa forma, a coesão, enquanto recurso desta organização superficial do texto, preenche a função de pôr em interrelação os vários segmentos que o constituem. O encadeamento necessário para que uma sequência de unidades linguísticas seja reconhecida como um texto é dado, também, pelos vários recursos coesivos.

A coesão como marca da continuidade de sentido

Os dois princípios acima apontados não chegam a ser suficientes, pois não basta a organização da superfície do texto ou, ainda, a continuidade ensejada por esta organização.

Na verdade, as regularidades de organização impostas à sequência superficial do texto devem correlacionar-se com as regularidades de organização do mundo da experiência, real ou imaginada, cujo conhecimento se pretende ativar pelo texto. Ou seja, a organização da superfície deve estar em harmonia com a organização dos conceitos e das relações subjacentes, o que equivale afirmar que a continuidade da sequência textual deve ajustar-se à continuidade do sentido pretendido. Só nesta dimensão se pode apreender a legítima providência e indicação da continuidade do texto.

Assim, a coesão engloba um conjunto de recursos que *promovem e assinalam a correlação entre a continuidade da superfície e a continuidade do sentido* e concerne, assim, a uma “semântica da sintaxe”, como propõe Beaugrande (1980).

Em decorrência dessas considerações, a coesão é definida como um fenómeno da organização superficial do texto, orientado para o estabelecimento da continuidade semântica que a natureza comunicativa do texto impõe. Por esta razão é que *a continuidade de sentido do texto, parte significativa de sua coerência, não pode ser dissociada da forma como se estrutura a continuidade da superfície*. Como afirma Charrolles (1978, p. 12), “não se pode interrogar sobre a coerência de um texto sem se ter

em conta a ordem de aparecimento dos segmentos que o constituem”.

A coesão e as dimensões micro e macroestruturais do texto

Convém ressaltar mais um aspecto da organização textual, com o qual estão relacionados os recursos da coesão.

A continuidade sequencial do texto, que está em correlação com os conceitos e as relações subjacentes, acontece sob duas formas:

- numa *dimensão microestrutural*, ou local, concernente com o nível pontual das subpartes da sequência;
- e numa *dimensão macroestrutural*, ou global, concernente com o texto como um todo.

Tais dimensões possibilitam diferentes tipos de articulação, cada um mantendo suas próprias redes de relações, mas que, no final, se devem ajustar de forma a que resulte um todo unificado.

Em termos gerais, as regularidades de uma e de outra dimensão são coincidentes, embora a organização macroestrutural do texto esteja submetida a restrições sintático-semânticas mais amplas e mais complexas. Assim é que, para efeito da unidade global do texto, as frases ou parágrafos que o formam não podem aparecer em qualquer sequência. Há restrições, não gramaticais, que regulam a ordem que tais segmentos devem ocupar. As alternativas de continuidade são impostas pelo fluxo que o plano particular do texto solicita.

Sob este ângulo é que cabe a admissão consensual de que *organizar um texto não é o mesmo que organizar uma sentença*. E convém acrescentar que essa diferença não decorre, simplesmente, do fato de o texto ser mais extenso que a frase. No texto, o conteúdo particular de uma frase é, normalmente, afetado pelo conteúdo das frases precedentes ou subsequentes (como postulam, entre outros, Halliday e Hasan, 1976, p. 28).

Enfim, construir um texto, macroestruturalmente coerente, não implica simplesmente justapor uma série de frases, ou de outro tipo de segmentos, por mais que, isoladamente, tais segmentos estejam bem estruturados. Além das restrições de caráter conteudístico, decorrentes da organização esquemática do mundo natural e do mundo da cultura em que o texto circula, existem outras restrições provenientes das convenções sociais que especificam os diferentes gêneros de texto, com suas peculiaridades de organização e sequenciação.

Do conjunto dessas observações decorre que a coesão não se define, propriamente, como um recurso intra ou interfrásico, embora aconteça, também, dentro desses limites. Noutros termos, a propriedade da coesão não se esgota com os recursos de ligar ou de conectar uma palavra a outra, uma frase a outra. Não se reduz, portanto,

a uma relação localizada entre duas unidades lexicais, por exemplo, ou entre duas orações ou períodos. Inclui, e de forma significativa, o estabelecimento de laços macroestruturalmente estendidos ao domínio global do texto.

Na verdade, processa-se, no texto, *um curso bidimensional de relações*, as quais asseguram, por um lado, a continuidade horizontal, no nível de cada microestrutura, e, por outro lado, a continuidade vertical, no nível global de sua macroestrutura.

A coexistência dessas duas dimensões da organização textual é um princípio fundamental no estabelecimento de sua relevância comunicativa, dado que um texto deve fazer sentido em cada um dos seus segmentos e, ainda, em seu todo, ou seja, deve conter uma macroestrutura microestruturalmente organizada, nos termos defendidos por Charolles (1978, p. 13).

A coesão e a progressão do texto

Se, por um lado, a organização superficial do texto deve assegurar seu caráter de continuidade, por outro, deve providenciar, também, a necessária progressão a que se sujeitam todos os textos relevantes. Ou seja, se, na continuidade da sequência do texto, através de reocorrências e de retomadas, algo se mantém, prevalece, sustenta-se – como na integridade de um fio que corre – algo, também, nesta sequência, *deve ir somando-se, acrescentando-se, ampliando-se, enfim, progredindo*.

O exame da atividade comunicativa mais corriqueira evidencia a expectativa de que se cumpra esta espécie de “tensão”, ou de “contradição” (segundo afirmam Halté e Petitjean, 1978, p. 64) entre o dizer do ‘*mesmo*’ – repetido ou retomado – e o dizer do ‘*novo*’. Qualquer texto, sob condições normais, não flui indefinidamente sobre o mesmo ponto, sem a ele, de uma forma ou de outra, acrescentar algum elemento de informação não sabido previamente.

Os sujeitos enunciadoreis administram esta espécie de doseamento da informação, de forma a promover a necessária harmonia entre *o mesmo* e *o novo* ativados pelo texto. A atenção ao contexto de ocorrência da interação é fundamental para a determinação desse doseamento. Para tanto, está em jogo não apenas o aspecto quantitativo dos elementos *dado* e *novo*, mas ainda a consideração daquilo que, em cada situação, é relevante, seja como elemento de continuação do saber já instaurado, seja como elemento do saber proposto como novo. Adam (1990, p. 45) sublinha a importância desse ponto quando define a textualidade como um equilíbrio delicado entre uma “continuidade-repetição”, por um lado, e “uma progressão” da informação, por outro.

Creio ter sido de toda pertinência estender ao domínio do texto a noção de “dinamismo comunicativo” dos linguistas que desenvolveram o estudo da “perspectiva funcional da frase” (entre outros, Danes, 1974), nomeadamente em termos do que constitui o seu núcleo, ou seja,

o princípio da *distribuição da informação no movimento dialético da continuidade e da progressão*, da estabilidade e da mudança, da permanência e da transitividade.

Nesta perspectiva, muito contribuiu o trabalho de Charolles (1978), no qual são propostas “quatro meta-regras de coerência”, das quais duas podem ser aqui sumariamente referidas, dada a relação que guardam com esse aspecto particular da continuidade e da progressão da organização textual.

A primeira, que o autor denominou de “meta-regra de repetição”, consiste no seguinte: “para que um texto resulte coerente, é necessário que ele contenha, no curso linear de seu desenvolvimento, elementos de recorrência” (Charolles, 1978, p. 14). A segunda, a “meta-regra da progressão”, completa a primeira, enquanto prevê que a coerência de um texto resulta, também, de que o seu desenvolvimento contenha elementos informacionais novos (Charolles, 1978, p. 20).

A coesão, já definida como recurso da continuidade do texto, assume, assim, uma outra significação, enquanto *dispositivo relacionado também com a progressão do texto*. Na verdade, não podia ser diferente, uma vez que a continuidade e a progressão do texto são componentes interrelacionados. O sentido que progride no texto está, de alguma maneira, ancorado em elementos previamente estabelecidos ou sedimentados (postula, entre outros, Caron, 1988, p. 163).

As repetições, ligadas à continuidade do texto, são, portanto, mais que meras retomadas, pois ensinam, quase sempre, acréscimos ou ampliações de algo previamente introduzido.

Noutras palavras, o que progride no texto sobrevém como parte a mais de algo que já foi posto, de maneira que o filão que continua é o mesmo que progride. Sem rupturas globais. As descontinuidades parciais são apenas alterações do percurso que, ao longo do texto, vai convergindo gradativamente para seu todo inequívoco.

Caron (1988), em alusão a este caráter de progressão do texto, lembra como a “analogia clássica da língua com o jogo” pode ser aqui evocada, no sentido de que cada jogada, ao mesmo tempo que cria uma situação nova e, conseqüentemente, modifica a situação precedente, também estabelece os limites permissivos e restritivos, para as jogadas subseqüentes (Caron, 1988, p. 167).

A unidade semântica do texto é construída, assim, no encadeamento hierárquico dos vários desmembramentos que se orientam para a unidade global do texto e no encadeamento dos desmembramentos que, paralelamente, confluem entre si.

Neste particular, vale a pena lembrar a referência ao fato de que *o significado global do texto é muito mais do que o resultado da soma dos significados parciais das unidades que o constituem*.

A coesão ressalta, assim, como um recurso de extrema importância para a relevância linguística do texto

a qual, como se vê, ultrapassa encadeamentos locais e, mais ainda, encadeamentos de superfície.

A coesão e a unidade global do texto

Pontualmente, ficou definida para o texto uma exigência de organização, por sua vez, pautada sobre exigências de continuidade e de progressão micro e macroestruturais.

O conjunto desses elementos aponta para um ponto, o qual, no que tange à coesão, ganha inteira pertinência: *a continuidade e a progressão do texto instauram-se com a função de assegurar a unidade global do texto*. O filão semântico subjacente à sequência linguística do texto e que provê a sua continuidade e progressão, conforme se mostrou, objetiva um fim, um ponto de chegada, que une, integra e unifica as partes, a saber, *sua unidade tópica ou sua unidade temática*.

Essa observação pode ser dada como legitimamente contida nas noções de micro e de macroestrutura do texto, pois se este é organizado local e globalmente o é em função da unidade temática que marca as realizações textuais relevantes.

Na verdade, a organização do texto, desde uma perspectiva sintático-semântica, funda-se na tríplice dimensão da *continuidade*, da *progressão* e da *unidade* comunicativas, conjugadas harmoniosamente, no sentido de que se processam não numa contiguidade estrita e linear, como já ressaltei.

Assim, propõe van Dijk (1984), um texto apresenta, sem perder sua característica de continuidade, relações de diferença e de alteração uma vez que, por ele, não se diz continuamente o mesmo a respeito dos mesmos indivíduos. Em seu percurso, podem introduzir-se novos indivíduos, como podem atribuir-se novas propriedades ou relações a indivíduos já referidos (por exemplo, uma ‘formiga’ que protagoniza uma fábula pode assumir diferentes características ao longo da narrativa).

Contudo, a introdução de novos indivíduos está, de alguma forma, limitada por aqueles outros previamente apresentados (ou implicados). Da mesma forma, a atribuição de novas propriedades deve, em certa medida, condizer com aquelas outras anteriormente estabelecidas. Restrições decorrentes do contexto prévio projetam-se em relação ao que ainda sobrevém (Halliday e Hasan exploram bem esse ponto em sua obra de 1989, p. 94).

O jogo que ocorre na conjunção desses fatores prende-se a um princípio de homogeneidade, decorrente do nível macroestrutural do texto, o qual, como disse, limita (no sentido de que orienta) a introdução ou a recorrência de um indivíduo ou de uma propriedade.

A unidade tópica (ou temática) do texto, atrás referida, resulta, assim, de processos de formulação e de reformulação, caracterizados, respectivamente, por operações que regulam a introdução de novos indivíduos,

de novas propriedades e por estratégias de controle que o enunciador exerce sobre o texto, quando reapresenta, reitera, explicita, altera ou corrige esses elementos.

Nesta perspectiva, ganha realce a coesão do texto, ao mesmo tempo que se reafirma a não-linearidade puramente sequencial da unidade temática do texto. Ou seja, no encadeamento em que o texto flui, aquilo que se enuncia, num dado instante, prepara o que vai ser enunciado, reiterado ou alterado, em seguida.

O caráter de unidade do texto funciona, desta maneira, como um guião que atua em duas direções: prospectivamente, enquanto levanta perspectivas em relação às quais a informação vai sendo organizada, e, retrospectivamente, enquanto constitui o núcleo catalisador dos retornos, das retomadas constantes que perfazem o texto.

Se poderia admitir que a progressão do texto seria promovida, mais diretamente, pela formulação, enquanto a continuidade seria garantida, mais especificamente, pelo processo de reformulação.

No entanto, a organização coesa e coerente de um texto resulta de um princípio unificador, de maneira que, pela formulação, tanto acontece a progressão quanto a continuidade, uma vez que nada é introduzido no texto sem vinculação com elementos precedentes ou seguintes. Da mesma forma, pela reformulação, algo no texto continua, mas de forma a fazê-lo avançar, uma vez que cada retomada pode (e quase sempre o faz) envolver acréscimos ou alterações em referência ao já introduzido no espaço textual.

O que, legitimamente, se pode aceitar, em atenção ao que, de fato, se observa, é uma vinculação entre o que é formulado e o que é reformulado, entre o que continua e o que progride, nos níveis locais da microestrutura e no nível global da macroestrutura textual.

Essas considerações remetem para a concepção do texto, enquanto “cadeia pronominal ininterrupta” (cf. Harweg, 1978), bem como para observações acerca de como o processo de substituição promovido por esta cadeia ultrapassa a mera retomada, pura e simples, de indivíduos ou propriedades sem acréscimos ou mudanças (como comentam Brown e Yule, 1983, p. 201-204).

A *coesão*, enquanto elemento de construção desta ‘cadeia ininterrupta’, não se destina a outro fim senão *a promover e a assinalar a unidade temática do texto*, de forma que este resulte relevante e apropriado, tanto do ponto de vista cognitivo-linguístico, como do ponto de vista pragmático.

Assim, se a coesão é definida como um fenômeno da sequência superficial do texto, fundamenta-se, no entanto, em fatores que transcendem esta superfície e que remontam ao funcionamento sociocomunicativo do texto. Por este viés, fica claro que *a coesão comparece à superfície do texto no modo e na medida em que outros princípios da organização global do texto a requisitam e as condições pragmáticas da interação exigem*. Assim, a

coesão depende mais desses princípios e dessas condições do que de regras puramente gramaticais.

A concepção da coesão textual revelou-se, portanto, muito mais ampla que aquela prevista pelo sistema abstrato da sintaxe, onde não cabem operações de ponderação dos participantes da interação verbal face à propriedade das escolhas a serem efetuadas. A amplitude desta coesão derivou, por sua vez, de uma sintaxe também mais larga, que Beaugrande e Dressler (1981, p. 69) definiram como “um modelo processual” que funciona em interação com os demais fatores da textualidade.

Em decorrência dessas condições é que recobra sentido a afirmação da insuficiência da coesão. Se, por um lado, a coesão constitui indicação relevante dos encadeamentos conferidos ao texto, por outro lado, não preenche a totalidade das exigências requeridas para o caráter da pertinência comunicativa do texto.

A coesão como relação semântica

Foi definida, nos segmentos anteriores, uma caracterização da coesão que sumário nos seguintes termos:

- a coesão é um fenômeno que concerne à organização dos elementos na superfície do texto, com o fim de promover e indicar a continuidade das ocorrências verbais, em correlação com a continuidade, a progressão e a unidade semântica subjacentes e, ainda, em correlação com outras propriedades da textualidade.

Cumprido-me, em seguida, definir o fundamento que sustenta a continuidade da superfície do texto, a qual, como adverti, se não é suficiente, também, não é infundada ou aleatória.

Já avancei na caracterização desse fundamento quando pus a continuidade da sequência superficial do texto em correlação com a continuidade dos conceitos e das relações subjacentes. Na verdade, o teor continuativo conferido ao conjunto verbal do texto, pela coesão de seus elementos, funda-se *na relação semântica* que se estabelece entre estes mesmos elementos e ganha sentido *na unidade semântica* do texto.

Com base nessa ideia, e apoiada em Halliday e Hasan (1976), trago à tona a noção de que *a relação implicada na coesão do texto é uma relação, fundamentalmente, semântica*. Ou seja, a continuidade da superfície que a coesão, em certa medida, cria e assinala – e que chega a ser relevante na distinção entre um texto e um não-texto – ocorre pelas relações semânticas que ligam os vários elementos desta superfície.

Daí que a coesão, embora se revele como fenômeno da superfície do texto, funda-se, na verdade, como reiteradamente afirmam Halliday e Hasan, em “relações de significado” (veja-se, por exemplo, Halliday e Hasan, 1976, p. 4, 6, 10, 303). Se as palavras arranjam-se na sequência do texto, conforme seja necessário conferir-

lhe continuidade, é com base nas relações semânticas existentes entre estas palavras, e é por isso que ocorre a continuidade de fato relevante para o funcionamento sociocomunicativo do texto. Afinal, a linguagem é uma entidade semiológica.

Consequentemente, a continuidade conferida pela sequência das palavras na superfície do texto realiza e indica a continuidade das inter-relações semânticas estabelecidas. Os recursos de coesão dessa superfície são, portanto, ao mesmo tempo, operadores e sinais indicativos daquelas inter-relações. Ou seja, *a coesão estabelece e, ao mesmo tempo, sinaliza relações semânticas entre os vários segmentos de um texto*. Dessa forma, a coesão, se desvinculada do encadeamento semântico do texto, não chega a ser significativa. Como afirma Beaugrande (1980, p. 134), “não são os recursos coesivos que fazem o texto coerente; a prévia suposição de que o texto é coerente é que torna úteis estes recursos”. Evidentemente, este parecer não neutraliza a importância da coesão no processo da interação linguística. Um texto falho em elementos coesivos, “do qual o locutor parece ter perdido o controle, induz a um julgamento imediato de incoerência” (cf. Adam, 1990, p. 65).

As funções textuais da coesão

Em alguns pontos dos itens anteriores, foi ficando implícita a atribuição de funções à coesão na produção e na interpretação da atividade linguística.

De certa forma, a própria conceituação da coesão já implica uma definição das suas funções, no sentido de que compreender ‘que coisa é a coesão’ envolve o entendimento dos efeitos que ela produz.

A coesão como recurso da continuidade do texto

Se se retomam as noções básicas com que se definiu a coesão, constata-se que a noção de *continuidade* assinalou uma espécie de núcleo do qual foram derivados todos os outros pontos. Na verdade, a orientação teórica pertinente, quer de Halliday e Hasan (1976), quer de Beaugrande e Dressler (1981), faz derivar desse *caráter continuativo da superfície do texto* a função primordial da coesão.

Embora, reitero, um texto não se reduza à sua dimensão superficial, não deixa de ter valor a forma como as unidades linguísticas, aí, se organizam. A coesão entra, assim, como recurso dessa organização, em ordem ao estabelecimento da continuidade do texto, isto é, *da relação que se cria entre uma parte e outra do texto, ou entre aquilo que é dito e os segmentos precedentes e seguintes*.

Halliday e Hasan (1976, p. 299-303), nesta mesma linha de consideração, advogam que a continuidade aqui

em apreço não se reduz a um fator meramente adicionado ao texto, mas constitui um elemento necessário, “um fator primário”, para sua composição e inteligibilidade. Como dizem, a continuidade que resulta da coesão funciona como expressão dos “pontos de contacto” entre os vários segmentos do fluxo textual (Halliday e Hasan, 1976, p. 299). Noutra passagem da mesma obra, estes autores sublinham como os diferentes recursos coesivos “têm em comum a propriedade de assinalar que a interpretação de uma passagem depende de alguma coisa mais” (p. 13), naturalmente, presente no curso do texto.

Esses *pontos de contacto*, (ou, esses nós) e as relações que se estabelecem entre eles, asseguram que algo persiste, como um eixo condutor daquela unidade tópica do texto. É esta espécie de fio continuador que possibilita ao ouvinte ou leitor suprir os elementos não presentes à sua superfície, mas, ainda assim, necessários para a sua adequada interpretação. Lembrem Halliday e Hasan (1976, p. 300) que as interações linguísticas estão “cheias de vazios” e funcionam, na verdade, como um *puzzle* em que faltam algumas peças. Isto significa que a continuidade em questão não é tão linear como poderia parecer. De fato, o texto também comporta uma espécie de descontinuidade, no sentido de que nem tudo precisa ser posto na linha de sua realização material. A vinculação do que se ouve e do que se lê com os segmentos precedentes e subsequentes constitui uma via de acesso aos sentidos pretendidos, mesmo na falta de um ou outro elemento superficial.

Assim, *uma primeira função* da propriedade da coesão é definida:

- prover e assinalar a continuidade da organização superficial do texto.

Essa função pode ser vista em relação ao duplo aspecto da composição e da interpretação do texto, abrangendo assim:

- a continuidade do texto que é provida e assinalada pelos recursos coesivos léxico-gramaticais e que interfere na criação da unidade do texto;
- a continuidade do texto que possibilita ao ouvinte ou ao leitor reconstruir a unidade pretendida, inclusive, pela restauração dos elementos omitidos no texto, mas que são necessários para sua interpretação.

A coesão como recurso da unidade do texto

Como foi referido mais atrás, a continuidade do texto não subsiste por si mesma, nem se sustenta em si própria. Decorre da condição de *unidade do texto*.

A esta unidade, conforme observei, corresponde a dimensão macroestrutural do texto, cuja natureza, do ponto de vista cognitivo, depende de como se apreende a informação global veiculada pelo texto e de como tal informação se organiza na memória do ouvinte ou do leitor (cf. Dijk, 1984, p. 232).

É previsível que a superfície do texto contenha segmentos-chaves que representem a expressão linguística da introdução, da formulação, da recapitulação ou da síntese do tópico ou dos subtópicos do texto.

Tais segmentos funcionam como instruções que indicam o conteúdo mais geral ativado por um texto particular. Do ponto de vista de quem fala ou escreve, esses segmentos, na verdade, expressam as estratégias de organização, distribuição e indicação dos sentidos globais pretendidos.

Também é de se prever que, na construção de tais segmentos macroestruturais, principalmente naqueles de reafirmação do tema central do texto ou de parte dele, bem como naquelas outras de reformulação, de recapitulação ou de síntese, o enunciador se valha de repetições e de outras retomadas lexicais, por exemplo. Noutras palavras, é suposto que as reutilizações de unidades lexicais, para ficar apenas neste domínio, ocorram com mais incidência *nesses pontos estratégicos de indicação do conteúdo mais geral* que se pretende comunicar.

Nestes termos, pode-se destacar como *uma segunda função* da coesão:

- a indicação dos fundamentos macroestruturais do texto, com referência aos quais se pode, mais facilmente, reconhecer e recuperar a unidade temática do texto ou de uma das suas subpartes.

Essa função da coesão está naturalmente implicada na primeira. Destaco-a, no entanto, não só por sua importância no tratamento do texto como um todo, mas ainda pela consciência de que a continuidade do texto representa apenas um aspecto desta mesma unidade.

Em síntese, estas duas funções da coesão relacionam-se, quer com a dimensão local dos vários segmentos textuais, quer com a outra dimensão do texto na sua globalidade. A formação das unidades linguísticas em nexos, e destes em cadeias coesivas, assegura a continuidade do texto; por outro lado, as relações subjacentes que integram as várias cadeias entre si promovem a sua unidade.

Dessa forma, *a coesão funcionalmente relevante é aquela que assegura a continuidade e a unidade do texto*.

A coesão: um recurso suficiente?

É de algum interesse, inclusive para a compreensão global do fenómeno, considerar o lugar que a coesão ocupa no cômputo geral dos componentes formadores do texto.

Nas considerações precedentes, principalmente quando foi focalizado o conceito e a função da coesão, há elementos, suficientemente fartos, que indicam o papel da coesão na constituição do texto.

Um ponto destacado foi, sem dúvida, o aspecto da continuidade da superfície do texto, como via de acesso à continuidade dos conceitos e das relações subjacentes. Tal continuidade tem sentido enquanto assegura a

unidade tópica (ou a unidade temática) do texto, sem a qual a interação linguística fica comunicativamente comprometida.

Ocorre, no entanto, que a coesão constitui, apenas, *parte dos dispositivos linguístico-textuais* que se destinam a garantir a continuidade e a unidade textual referidas. Apesar de a coesão ter sido definida como um recurso “comum ao texto de toda espécie” (cf. Halliday e Hasan, 1976, p. 13), não se pode admitir que a coesão abarque, sozinha, os mecanismos de criação do texto. O que capacita as pessoas para discernirem sobre o que podem ou não aceitar como texto ultrapassa a mera ocorrência de expedientes coesivos.

Numa tentativa de esclarecer essa questão, pode-se enumerar, a seguir, os elementos que, ao lado da coesão, constituem, para Halliday e Hasan (1976), outros dispositivos de criação do texto:

- o conjunto de fatores externos, não linguísticos e situacionais, envolvidos na interação linguística e com o qual está relacionado o registro do texto;
- o conhecimento de informações prévias;
- os elementos que fazem a “estrutura interna” das frases, ou a coesão estrutural prevista pela própria gramática da língua;
- a superestrutura do texto, ou seja, aqueles padrões que permitem o reconhecimento de um texto como sendo de um ou de outro tipo, de um ou de outro gênero.

Na abordagem de Beaugrande e Dressler (1981), a questão da insuficiência da coesão aparece expressamente resolvida toda vez que esses autores fazem referência à coesão como sendo apenas *uma das propriedades que constituem o texto*. Com efeito, na proposta de uma textualidade complexa e comunicativamente relevante, cabem muito mais elementos que o encadeamento sequencial da superfície do texto, mesmo que tal sequência seja formada por unidades menores estruturalmente bem formadas.

Conclui-se, assim, pela grande importância funcional da coesão no estabelecimento e na indicação das relações semânticas que asseguram ao texto sua relevância comunicativa. No entanto, aceita-se também o aspecto apenas parcial da função deste dispositivo. A globalidade da atividade verbal requer outros meios para além daqueles propriamente linguísticos. A intervenção humana, no controle da atividade verbal, autoriza a que se passe, aos sujeitos gestores da prática interativa, o poder, embora relativo, da última decisão.

Em suma, a coesão se define como *um recurso do encadeamento dos segmentos do texto*, de maneira que seja assegurada a necessária *continuidade* e a imprescindível *unidade* que caracterizam as realizações textuais apropriadas e relevantes. Se não esgota os meios requeridos para que esta continuidade e esta unidade se efetivem, representa, ainda assim, *uma das condições para que seja providenciada a coerência da textualidade*.

Os pontos fundamentais de toda essa proposta teórica foram, nas décadas seguintes à de 1970, retomados e, de certa forma, ampliados, sobretudo pelo enfoque cognitivista e pragmático que assumiram. De fato, o desdobramento que as discussões sobre o texto tiveram no âmbito dos estudos da linguagem resultou numa série de questões, que têm sido aprofundadas, consolidadas e têm, cada vez mais, elastecido a compreensão da atividade de textualização.

Nesse sentido, pode-se referir o enfoque discursivo, portanto mais sociocognitivo e pragmático, que tem recebido o estudo do texto, com destaque para o entendimento do processo de referenciação, onde ganham relevância temas como a inferenciação, as operações de nominalização, o acessamento ao conhecimento prévio, a constituição das cadeias coesivas que agrupam as referências (anafóricas ou cafóricas) aos objetos de discurso, etc. Por essa perspectiva, a coesão, no âmbito da construção do texto, tem sobressaído, sobretudo, enquanto operação sociocognitiva que um sujeito enunciador, na interação com outro ou outros, realiza em função das exigências contextuais em que se insere a atividade de linguagem. Assim, a coesão, não é uma propriedade *do texto*, simplesmente; quer dizer, não é externa à ação discursiva de um sujeito enunciador. Resulta de uma disposição do sujeito enunciador para regular sua atividade de linguagem – “dirigida a” – e adotar, assim, as estratégias necessárias a fim de conseguir que sua atuação seja comunicativamente inteligível e pragmaticamente relevante (cf. Koch, 2004; Adam, 2008; Bronckart, 1999, 2008; Marcuschi, 2008).

Os estudos sobre os gêneros textuais também têm acentuado esse enfoque pragmático das propriedades do texto. Nesse âmbito, a saliência da coesão é explicitada mais em referência às práticas discursivas em realização do que às ligações (mesmo semânticas) entre unidades da sequência do texto. Ou seja, na análise dos gêneros, a coesão é vista, sobretudo, pelo prisma da ligação entre as ações de linguagem efetuadas nos vários blocos que compõem a unidade de cada gênero, bem como pela articulação que se instaura entre a forma composicional do gênero, seu propósito comunicativo, seu núcleo temático. Ganha relevo ainda a consideração do *intertexto*, como resultado dos modelos sócio-históricos em circulação nos grupos humanos. Como se vê, se extrapola uma concepção marcadamente linguística do texto e, conseqüentemente, de suas propriedades, para alcançar a articulação entre ações e estratégias de composição de um determinado gênero.

O ensino do texto: a particularidade da coesão

Compreender em que consiste a coesão, reconhecer quais as funções que desempenha para a organização coerente do texto corresponde à primeira condição para que se possa desenvolver um trabalho relevante de ensino do texto. Em geral, se pode atestar que os professores do Fundamental e Médio, sobretudo aqueles não formados

em Letras, têm uma ideia muito indefinida acerca do que é a coesão do texto. Intuem que se trata de uma propriedade do texto; alimentam a suposição de que um texto coerente deve estar coeso, mas não têm muita clareza quanto aos dispositivos que promovem e assinalam essa coesão e, assim, não sabem explicar por que um texto não tem coesão, por exemplo.

Essa falta de clareza não é aleatória. Tem suas causas. Até recentemente, as propriedades da textualidade não constavam dos programas de ensino, nem mesmo dos cursos de Letras, apesar, como vimos, de essa discussão já estar em campo desde os meados do século passado. Igualmente, os livros didáticos se omitiam quanto ao estudo dessas propriedades. Como tem sido fartamente divulgado, esses manuais e até mesmo algumas Gramáticas que lhes serviam de suporte, se limitavam à exploração das classes gramaticais, das funções sintáticas dos termos de uma oração ou da classificação dos períodos. Prevaleciam, por este viés, as atividades de formar, de completar e de analisar frases, sempre, na perspectiva puramente morfológica ou sintática e, não, na perspectiva do uso funcional (e, necessariamente, textual) da linguagem. O texto ficava de fora dessa programação (lamentavelmente, ainda fica; em muitas escolas do país – de norte a sul!). Ou aparecia, apenas, enquanto exemplar onde se podia reconhecer a presença de uma categoria gramatical qualquer.

Acontece que os estudos do texto têm avançado significativamente. Atualmente, são comuns as pesquisas e os estudos sobre questões textuais, como aquelas ligadas aos tipos e aos gêneros de texto, à intertextualidade, à coesão, à coerência, ao processo da referenciação, às atividades de leitura e de escrita, aos conceitos de alfabetização e letramento, à conversação, entre muitos outros. Ou seja, hoje, os limites para entendimento da linguagem são bem mais amplos que aqueles centrados na gramática, na sua estrutura e na ‘correção’ de seus usos.

O ensino empreendido na escola não pode ignorar essa abertura de perspectiva a que tem sido submetida a atividade da linguagem. Os índices com que se lê o desenvolvimento do país apontam para uma ineficiência da escola, que a desprestigia e descaracteriza a função do professor. De fato, como a escola pode ganhar o reconhecimento e a apreciação social, se os alunos, mesmo no final do ensino médio, mostram significativas dificuldades para lerem ou escreverem um texto mais complexo e mais distante da coloquialidade do cotidiano informal?

Como adiantei acima, o fato de os alunos não apresentarem essas competências é apenas consequência de um ensino que se distancia das reais condições de realização das atividades de linguagem, isto é, de um ensino que não se centra na exploração das tipologias, das estratégias e operações sociocognitivas, das regularidades linguísticas, textuais e pragmáticas de atuar verbalmente, ou seja, de entender e compor textos.

Urge, pois, a introdução de um programa de estudo da língua que *seja eminentemente discursivo e textual*. Quer dizer, que se centralize no estudo do discurso e do texto e, *para isso*, é que procure chegar até a gramática. O que ocorre, ainda atualmente, é o inverso: o foco do ensino é a gramática (melhor dizendo, a nomenclatura e as classificações gramaticais); o texto apenas exemplifica as diferentes categorias gramaticais.

Por que, podemos nos perguntar, a escola ainda não superou essa quase obsessão pelo estudo da metalinguagem gramatical? Por que não se decide a criar condições para que os professores possam *priorizar as questões discursivas e textuais*, em práticas pedagógicas de leitura, de escrita e de análise de materiais textuais?

Uma alternativa relevante para alcançar essa centralidade no texto é a exploração de seus recursos de coesão e de suas condições de coerência.

Nessa exploração, entram elementos da gramática e elementos do léxico. No âmbito da gramática, podíamos lembrar, por exemplo, o uso dos artigos e de todos os pronomes na continuidade referencial do texto; o uso dos diferentes conectores (preposições, conjunções, advérbios e respectivas locuções) na conexão entre palavras, entre orações, períodos ou parágrafos; ou seja, o uso de diferentes marcadores que assinalam a articulação entre segmentos do texto. No âmbito do léxico, podíamos lembrar a ocorrência de substantivos como núcleos das expressões referenciais, o uso de verbos como elementos centrais da predicação; o uso de sinônimos, de hiperônimos como elementos da equivalência referencial; o uso de palavras de sentido afim como marcas da concentração tópica do texto, etc. (Em Antunes (1996, 2005), em Discini (2005), Marcuschi (2008), em Adam (2008), para citar apenas esses, podem ser vistos textos que exemplificam os diferentes recursos de textualização que se encontram referidos aqui).

Explorar a coesão é, de certa forma, explorar também a coerência do texto. Consequentemente, o que passa a ter importância é a avaliação de como usamos o léxico, as categorias gramaticais, as estratégias cognitivas e textuais para *conferir sentido ao que dizemos, ouvimos e lemos*. Ou seja, por essas perspectivas, o que focalizamos é o funcionamento real das atividades de linguagem *na experiência nossa de cada dia*.

Em suma, o texto é um terreno onde acontecem todos os fenômenos de ocorrência da língua, onde todas as regularidades de uso da linguagem podem ser surpreendidas. Não precisa inventar frases (‘formar frases’, como se diz na escola) para se explorar as questões linguísticas. As frases só ganham relevância quando são partes de um texto. Fora disso, são hipóteses; algumas, por vezes, pouco plausíveis, pela ausência da funcionalidade e da dialogicidade que marcam o uso da linguagem.

Evidentemente, a opção por fazer do texto, oral e escrito, o eixo do ensino traz repercussões para a or-

ganização da escola como um todo. Para começar, todos – gestores, educadores de apoio, professores (de todas as disciplinas) e, por extensão, pais dos alunos – devem estar convencidos da relevância dessa opção. Além disso, os professores precisam dispor de boas condições de trabalho, o que implica, entre outras providências, oportunidade de continuar sua formação, tempo para planejar suas atividades, boa biblioteca, salas de aula não superlotadas. De fato, *a opção pelo texto, pela dimensão discursiva da linguagem em uso*, é, no final das contas, a opção por um ensino de qualidade, que responda com eficácia às exigências sociais da interação verbal relevante e adequada às situações e aos eventos que implicam trocas verbais.

Parece evidente ainda que, desde os cursos acadêmicos de formação dos professores até suas eventuais atualizações, o discurso, o texto, suas propriedades, suas regularidades, suas estratégias de construção e de compreensão, de sequenciação, de expressão de sentidos e de intenções precisam estar nas programações de estudo. Essa é uma condição fundamental para que possamos sair da ‘constatação e da lamentação’ de que nossos alunos não sabem ler nem escrever com coesão, relevância e coerência, e cheguemos, enfim, à *resolubilidade* do problema.

O que, de fato, a escola tem querido ensinar?

Referências

- ADAM, J.-M. 1990. *Elements de linguistique textuelle - théorie et pratique de l'analyse textuelle*. Liège, Mardaga, 265 p.
- ADAM, J.-M. 2008. *A linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo, Cortez Editora, 368 p.
- ANTUNES, I. 1996. *Aspectos da coesão lexical: análise em editoriais jornalísticos*. Recife, Editora da UFPE, 363 p.
- ANTUNES, I. 2005. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo, Parábola Editorial, 199 p.
- BEAUGRANDE, R. 1980. *Text, discourse and process: Toward a multidisciplinary science of texts*. London, Longman, 351 p.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. 1981. *Introduction to text linguistics*. London, Longman, 270 p.
- BRONCKART, J.-P. 1999. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo, EDUC, 353 p.
- BRONCKART, J.-P. 2008. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Campinas, Mercado de Letras, 208 p.
- BROWN, G.; YULE, G. 1983. *Discourse analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, 288 p.
- CARON, J. 1988. *Las regulaciones del Discurso: psicolinguística y pragmática del lenguaje*. Madrid, Gredos, 294 p.
- CHAROLLES, M. 1978. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue Française*, **38**:7-41.
- DANES, F. 1974. Functional sentence perspective and the organization of the text. In: F. DANES (ed.), *Papers on functional sentence perspective*. Mouton, The Hague, 222 p.
- DIJK, T. 1984. *Texto y contexto*. Madrid, Cátedra, 357 p.
- DISCINI, N. 2005. *Comunicação nos textos: leitura, produção, exercícios*. São Paulo, Contexto, 414 p.
- HALLIDAY, M.; HASAN, R. 1976. *Cohesion in English*. London, Longman, 374 p.
- HALLIDAY, M.; HASAN, R. 1989. *Language context and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2ª ed., Oxford, Oxford University Press, 126 p.
- HALTÉ, J.-F.; PETITJEAN, A. 1978. Lire et crier en situation scolaire. *Langue Française*, **38**:58-73.
- HARWEG, R. 1978. Substitutional text linguistics. In: W. DRESSLER (ed.), *Current trends in textlinguistics*. Berlin, Walter de Gruyter, p. 228-246.
- KOCH, I. V. 2004. *Introdução à linguística textual*. São Paulo, Martins Fontes, 190 p.
- MARCUSCHI, L.A. 2008. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo, Parábola Editorial, 295 p.
- SCHMIDT, S. 1978. *Linguística e teoria do texto*. São Paulo, Pioneira, 221 p.

Submetido em: 08/03/2009

Aceito em: 15/03/2009

Irlandé Antunes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Rua Conselheiro Nabuco, 151, Apto. 1402
Casa Amarela
52070-010, Recife, PE, Brasil